

**MEMÓRIA DA 10ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO
– CTPA CONJUNTA COM O GRUPO DE TRABALHO PLANO DA BACIA
GESTÃO 2019-2021**

DATA: 02/12/2019

HORÁRIO: 09h30

LOCAL: FABHAT

LISTA DE PRESENÇA – CTPA (02/12)

Entidade	Nome
SABESP	Silene Cristina Bapostelli
DAEE	Josué Marcos Barranco
CETESB	Maria Emília
CETESB	Richard Hiroshi Ouno
CETESB	Lilian Barrella Peres
IPT	José Luiz Albuquerque Filho
SIMA	Laura Stela
Prefeitura Municipal de Salesópolis	Solange Wuo Franco Ribeiro
Prefeitura Municipal de Suzano	Natacha Nakamura
Prefeitura Municipal de Caieiras	Reginaldo Pereira Lima
UFABC	Camila Clementina Arantes
CIESP Alto Tietê	Ricardo de Aguiar Quadros
CONVIDADOS	
Entidade	Nome
SABESP	Nilton de Santana
PM de Caieiras	Sidnei de Moraes
FABHAT/ Secretaria Executiva	Ana Sedlacek
FABHAT/ Secretaria Executiva	Larissa Cristina Silva
FABHAT	Beatriz Vilera
FABHAT	Valburg Sousa Santos Júnior
FABHAT	Mayara Trivinho
AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS	
CETESB	Marta Emerich

ASSUNTOS TRATADOS:

Josué Barranco (DAEE) iniciou a reunião às 9h40 e agradeceu a presença de todos. Informou que a pauta seria a aprovação do Plano de Ações e Programa de Investimentos 2020-2023.

Beatriz Vilera (FABHAT) contextualizou que ocorreram 2 reuniões do GT Plano para discussão, considerando as ações FEHIDRO, recomendadas e setoriais. Informa também que restaram algumas ações a serem discutidas em reunião conjunta.

José Luiz (IPT) sugere que as pessoas que tiverem considerações devem se manifestar.

Josué concorda com a sugestão e acrescenta que todos os segmentos presentes na reunião devem apresentar suas demandas. Portanto dá a palavra aos representantes do Município, Sociedade Civil e Estado.

Solange Wuo (PM de Salesópolis) informou que teve a oportunidade de transmitir aos municípios do CONDEMAT as discussões do Plano de Bacia e acrescentou sobre sua preocupação com relação à Educação Ambiental, como representante da CTEA. Portanto, solicitou a inclusão do PDC 8.3 no Plano, sobre capacitação em boas práticas agrícolas para redução da contaminação e geração de cargas difusas. Outra questão defendida também se refere ao sistema integrado de monitoramento em água subterrânea. Todos concordaram com a inclusão da ação 8.3 e José Luiz disse que também iria defender as questões das águas subterrâneas, portanto esse tema ficou para mais adiante.

Sidney (PM de Caieiras) mostrou seu descontentamento sobre a não habilitação do projeto Caieiras Sustentável – Construção de Central de Reciclagem, apresentado pela prefeitura de Caieiras na 3ª Chamada do FEHIDRO. Acrescenta também a falta de ações para desassoreamento, mostrando a necessidade no rio Juquery e sobre a questão dos resíduos sólidos.

Reginaldo Pereira (PM de Caieiras) disse que teve uma experiência muito boa com a UFABC, que através de uma parceria, elaborou-se uma carta de uso e ocupação do solo do município de Caieiras. E reitera sobre a importância da capacitação para utilização dos Planos a serem desenvolvidos.

Camila Clementina (UFABC) concordou com a colocação de Reginaldo e informou que na UFABC tem o curso de Engenharia Ambiental e Urbana e Planejamento Ambiental, o que pode dar muito subsídio às necessidades dos municípios através de parcerias.

Natacha Nakamura (PM de Suzano) perguntou se o texto nas ações do subPDC 3.1 sobre saneamento básico foi adequado. Justificou que o texto estava na seguinte redação: “Execução de projetos e obras para implantação de sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgotos nas áreas de mananciais”. E que o termo “execução de projetos” ocasionava confusão no sentido da expressão, e que nas discussões da Câmara Técnica da Gestão de Investimentos haviam duas interpretações:

- Se referia somente a obras;
- Se referia a obras e elaboração de projetos.

O texto foi alterado, deixando claro o seu critério: “Elaboração de projetos (básico e/ou executivos) e execução de obras (...)”.

José Luiz solicita que no subPDC 1.4 seja incluído ações sobre a rede de monitoramento de qualidade e quantidade de águas subterrâneas, além da água superficial que já estava previsto. Subsidiu seu levantamento colocando em questão o conflito pelo uso da água para abastecimento público e agricultura.

Lilian se posicionou que o monitoramento para água superficial e subterrânea são distintos e as ações a serem escolhidas devem estar de acordo com as criticidades apontadas no PBHAT, onde verifica-se que a água superficial tem maior criticidade em quantidade e qualidade.

Beatriz esclareceu que é possível mudar ou incluir alguma ação desde que esteja dentro do prognóstico e justificada.

Após as discussões, ficou acordado acrescentar uma ação para monitoramento da água subterrânea.

Laura Stela (SIMA) questionou sobre qual é o critério para determinar a prioridade entre as ações. Beatriz explicou que utilizou como base a Deliberação 188/2016, respeitando os critérios para elaboração do PA/PI:

- Até 25% dos investimentos nos PDC's 1 e 2;
- No mínimo 60% dos investimentos em 3 PDC's considerados prioritários;
- Até 15% nas demais ações do Plano da Bacia, em PDCs a critério dos CBHs.

Prosseguiu informando que tomou como base os PDC's considerados prioritários no PBHAT (3, 5 e 7), mas que isso poderia modificar de acordo com a discussão. Porém, todos concordaram em manter os PDC's 3, 5 e 7 como prioritários.

Outra questão debatida foi a dificuldade de acompanhamento das ações para elaboração do Relatório de Situação.

Hélio Suleiman (FABHAT) sugeriu indicar com uma cor distinta as ações que apresentam dificuldades de encontrar seus atores. E tentar uma maior aproximação aos órgãos que não são tão próximos ao Comitê.

Portanto, diante do discutido, o Plano de Ação e Programa de Investimentos do Comitê da Bacia do Alto Tietê, 2020-2023, foi aprovado pela Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (anexo I).

As ações FEHIDRO totalizaram R\$ 258.050.000,00 para o período 2020-2023, sendo que a Beatriz Vilera ficou responsável de adicionar as ações setoriais para o período, conforme PBHAT, para posterior encaminhamento ao Plenário do CBH-AT.

A reunião se encerrou às 16h30.

Anexo I – Plano de Ações 2020-2023

subPDC	Meta	Ação	Recursos financeiros (R\$) - TOTAL	Fonte
1.1 - Bases e Sistemas de Informação	Sala de situação adequada para acompanhamento de dados de monitoramento e fiscalização da BAT	Ampliação e aprimoramento de sala de situação para recebimento, armazenamento e acompanhamento dos dados de monitoramento e fiscalização da BAT	R\$ 2.500.000,00	CFURH
1.1 - Bases e Sistemas de Informação	SIBAT implantado e operacional, com site público disponível e dados atualizados	Sistema de Informações da BAT (SIBAT) - Concepção, estruturação, implantação e operacionalização de um sistema informatizado de suporte a decisão com bases e infraestrutura de dados, compartilhados ou não, abrangendo o Sistema de Gerenciamento de Informações (SGI) previsto nas leis específicas, de modo articulado e interativo com os sistemas de informação e bases de dados dos órgãos estaduais e municipais.	R\$ 8.000.000,00	CFURH
1.1 - Bases e Sistemas de Informação	Sistema integrado consolidado e operante	Consolidação de um sistema integrado de cadastros, outorgas e licenciamento ambiental para a cobrança	R\$ 1.000.000,00	CFURH
1.2 - Apoio ao planejamento	Indicadores de drenagem incorporados ao Relatório de Situação em ao menos 4 sub-bacias monitoradas	Estabelecimento e monitoramento de indicadores de drenagem, incorporando-os nos Relatórios de Situação da BAT	R\$ 750.000,00	Cobrança Estadual
1.2 - Apoio ao planejamento	Seleção das áreas prioritárias para investimentos em recuperação da qualidade ambiental	Mapeamento de áreas prioritárias para compensações ambientais, reflorestamento e enriquecimento florestal em áreas de mananciais e APPs	R\$ 2.000.000,00	Cobrança Estadual
1.2 - Apoio ao planejamento	Ao menos 2 (dois) Planos Municipais compatibilizados com diretrizes metropolitanas de macrodrenagem estabelecidas no PDMAT 3	Elaboração de Planos Diretores Municipais para manejo de águas pluviais (ou inserção do tema nos Planos Municipais de Saneamento), em consonância com as diretrizes metropolitanas do PDMAT 3	R\$ 4.000.000,00	Cobrança Estadual
1.4 - Monitoramento	Melhoria ou novos sistemas de alerta	Apoio a sistemas públicos de alertas de eventos críticos de qualidade e quantidade da água	R\$ 1.800.000,00	Cobrança Estadual
1.4 - Monitoramento	Aumento no número de estações de monitoramento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos superficiais da BAT	Aprimoramento e ampliação das redes de monitoramento de quantidade e qualidade das águas superficiais da BAT	R\$ 4.000.000,00	Cobrança Estadual
1.4 - Monitoramento	Aumento no número de estações de monitoramento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos subterrâneos da BAT	Aprimoramento e ampliação da rede de monitoramento de quantidade e qualidade de águas subterrâneas	R\$ 1.800.000,00	Cobrança Estadual
1.4 - Monitoramento	Operacionalização do sistema quali-quantitativo integrado de monitoramento das águas superficiais	Implantação de sistema integrado de monitoramento de quantidade e qualidade das águas superficiais	R\$ 4.000.000,00	Cobrança Estadual
1.5 - Disponibilidade	Estudo realizado e validado	Elaboração de estudos detalhados para determinação das disponibilidades hídricas subterrâneas para redução da demanda superficial	R\$ 1.500.000,00	Cobrança Estadual
1.6 - Legislação	Minutas das Leis Específicas dos mananciais Guaió, Cabuçu e Tanque Grande aprovadas, e atualização das Leis Específicas das APRMs	Elaboração das Minutas das Leis Específicas do Guaió, Cabuçu, Tanque Grande, e aperfeiçoamento das demais Leis Específicas.	R\$ 0,00	
1.7 - Fontes de poluição	Estudo realizado e validado	Estudo para avaliação da relação entre ocorrência de contaminantes em aquíferos e a superexploração de poços	R\$ 1.000.000,00	CFURH

subPDC	Meta	Ação	Recursos financeiros (R\$) - TOTAL	Fonte
2.2 - Outorga	95% dos cadastros de usuários atualizados e regularizados	Incentivo ao cadastro/outorga para usuários de recursos hídricos não cadastrados/outorgados, regularização dos usuários, e manutenção de banco de dados atualizado e completo	R\$ 4.500.000,00	CFURH
2.2 - Outorga	Estruturação da fiscalização de poços irregulares e regularização de outorgas	Estruturação da fiscalização e de instrumentos para coibir a implantação de poços irregulares, sobretudo nas áreas com elevados índices de exploração das águas subterrâneas	R\$ 2.000.000,00	CFURH
2.3 - Cobrança	Cobrança de usos rurais implementada	Implementação da cobrança para usos rurais quando da sua regulamentação	R\$ 0,00	
3.1 - Sist. esgotamento	Melhoria nos índices de esgotamento sanitário da BAT (coleta e tratamento de 95% do esgoto gerado na BAT no médio/longo prazo)	Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras para implantação de sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgotos, prioritariamente, nas áreas de mananciais e nos municípios que possuem índice de coleta inferior a 70%, conforme Relatório de Situação da BAT.	R\$ 47.000.000,00	Cobrança Estadual
3.1 - Sist. esgotamento	Saneamento básico implementado em áreas de assentamentos precários	Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras de esgotamento sanitário vinculados à promoção da urbanização de assentamentos precários de interesse social em áreas de manancial	R\$ 15.000.000,00	Cobrança Estadual
3.1 - Sist. esgotamento	Adequação da capacidade de tratamento de esgotos à produção de esgotos da área do sistema de esgotamento metropolitano	Aumento da capacidade de tratamento de esgotos, para a universalização do serviço	R\$ 4.000.000,00	Cobrança Estadual
3.1 - Sist. esgotamento	1.000 fossas negras substituídas por fossas sépticas	Substituição das fossas negras e outros métodos impróprios de esgotamento sanitário existentes por Unidades de Saneamento Individual nos núcleos isolados pouco adensados, conforme normas técnicas pertinentes, com devido cadastramento dos usuários de fossas sépticas	R\$ 3.000.000,00	Cobrança Estadual
3.2 - Sist. de resíduos	Viabilização de alternativas de tratamento e manejo de resíduos sólidos domiciliares para redução de impactos nos recursos hídricos	Implantação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos domiciliares (triagem, compostagem, transbordo, logística reversa, reciclagem) e de disposição final, nos casos em que há comprometimento dos recursos hídricos	R\$ 12.000.000,00	Cobrança Estadual
4.1 - Proteção de mananciais	Sistemas integrados de fiscalização implementados em todas as áreas de mananciais da BAT	Estruturação e aplicação de sistemas integrados de fiscalização do uso do solo em áreas de mananciais, através de parcerias entre o Estado e os municípios	R\$ 10.000.000,00	Cobrança Estadual
4.1 - Proteção de mananciais	Aplicação do MQUAL em todas APRMs da BAT	Aplicação do MQUAL nas APRMs	R\$ 2.500.000,00	Cobrança Estadual
4.1 - Proteção de mananciais	Publicação/atualização de pelo menos 4 (quatro) Planos de Manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral inseridas na BAT	Elaboração e Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, especialmente àquelas de Proteção Integral, e prioritariamente em áreas de mananciais	R\$ 4.000.000,00	Cobrança Estadual
4.2 - Cobertura vegetal	APPs e várzeas recuperadas em suas funções de proteção dos recursos hídricos	Recomposição vegetal em APPs, várzeas e áreas de mananciais	R\$ 13.000.000,00	Cobrança Estadual
4.2 - Cobertura vegetal	Avaliação da área de cobertura vegetal nas áreas de mananciais Busca do atendimento às metas definidas nos PDPAs dos Mananciais da BAT	Acompanhamento dos indicadores de cobertura vegetal definidos pela legislação de mananciais	R\$ 1.800.000,00	Cobrança Estadual

subPDC	Meta	Ação	Recursos financeiros (R\$) - TOTAL	Fonte
5.1 - Controle de perdas	Redução de perdas físicas nos sistemas de abastecimento para menos de 14% por setor de abastecimento, no longo prazo	Execução de ações estruturais para redução de perdas no Sistema de Abastecimento Público (desde que previstas em Plano de Controle e Redução de Perdas), prioritariamente nos municípios com maiores índices de perdas, conforme Relatório de Situação Anual da BAT.	R\$ 18.200.000,00	Cobrança Estadual
7.2 - Mitigação de inundações	Execução das obras para redução de ocorrências de eventos extremos de cheia	Elaboração de projetos (básicos e/ou executivos) e execução de obras previstos no PDMAT 3	R\$ 81.000.000,00	Cobrança Estadual
8.1 - Capacitação técnica	Capacitação das entidades das instâncias do CBH-AT sobre gestão de recursos hídricos	Capacitação Técnica na aplicação integrada dos instrumentos de gestão de recursos hídricos	R\$ 1.400.000,00	Cobrança Estadual
8.1 - Capacitação técnica	Melhoria nas condições de sistemas isolados e individuais de esgotamento sanitário como resultado de manutenções mais frequentes e cuidados na operação das fossas sépticas	Capacitação da população rural e de núcleos isolados para operação e manutenção de fossas sépticas	R\$ 1.000.000,00	Cobrança Estadual
8.1 - Capacitação técnica	Aumento na eficiência da utilização de água em áreas rurais	Promoção de capacitação da população rural em técnicas de irrigação e boas práticas agrícolas no que se refere aos recursos hídricos	R\$ 1.800.000,00	Cobrança Estadual
8.1 - Capacitação técnica	Capacitação de todos municípios da BAT	Capacitação para os municípios da Bacia do Alto Tietê na identificação de vulnerabilidades e proposição de medidas de adaptação para prevenção dos efeitos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos	R\$ 1.500.000,00	Cobrança Estadual
8.3 - Comunicação	Plano de Sinalização e Identificação Visual concluído e publicado no prazo estabelecido, subsidiando a implantação da sinalização ambiental.	Elaboração de Plano de Sinalização e Identificação Visual dos Mananciais e dos Recursos Hídricos na BAT	R\$ 1.000.000,00	Cobrança Estadual
8.3 - Comunicação	Ao menos 1 (um) município com boas práticas agrícolas divulgadas e com projeto piloto implementado Melhoria nos índices de qualidade dos corpos hídricos próximos a áreas agrícolas (principalmente relativos à concentração de nutrientes)	Capacitação em boas práticas agrícolas para redução da contaminação e geração de cargas difusas	R\$ 1.000.000,00	CFURH
TOTAL			R\$ 258.050.000,00	